

JUVENTUDE, TRABALHO E EDUCAÇÃO: O IDEÁRIO DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL VISTO NUMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

Edinéia Fátima Navarro Chilante

E-mail: e.chilante@gmail.com.

Vice Coordenadora do Curso de Especialização Interdisciplinar em Ciências Humanas –
Unespar/Paranavaí

Renan Araújo

E-mail: renan-araujo@uol.com.br

Coordenador do Curso de Especialização Interdisciplinar em Ciências Humanas –
Unespar/Paranavaí

Resumo

Neste artigo, tomando como referência o universo dos jovens e adultos com pouca ou nenhuma escolarização e do segmento jovem/adulto metalúrgico da região do ABC, discutimos alguns dos “paradoxos” relacionados às questões da qualificação profissional e seus significados histórico-sociais recentes. Nosso objetivo é compreender a emergência do operário jovem-adulto flexível e seu novo perfil histórico-social, concomitantemente às agruras dos jovens e adultos encontrados à margem do mercado de trabalho formal em condição de intensa e permanente precariedade.

Palavras-chave: Trabalho flexível, educação, sociabilidade capitalista.

Abstract

In this article, taking as reference the universe of the young people and adults with little or no schooling and the youth/adult metalworker segment in the ABC region, we discuss some of the "paradoxes" related to their professional qualification issues and the historical and social meanings associated to it. Our goal is to understand the emergence of the flexible young man/ adult metalworker and his new sociohistorical profile,

concomitantly with the plight of young men and adults found in the margin of the formal labor market in conditions of intense and ongoing precariousness.

Keywords: Flexible working, education, capitalist sociability.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, discutimos algumas questões que, candentes, foram objetos de análise das pesquisas realizadas por Chilante (2005) e Araújo (2009). No primeiro caso, Chilante debruçou-se sobre a promessa de reparação, equalização e qualificação para jovens e adultos pouco escolarizados por meio de cursos de educação de jovens e adultos-EJA ou exames supletivos. No segundo caso, Araújo (2009) procurou compreender os novos significados sociais que emergiram do processo de reestruturação produtiva, a partir dos anos 1990, em uma empresa montadora situada na região do ABC e o surgimento do perfil metalúrgico jovem/adulto flexível, sujeito histórico/social resultante das ações voltadas para a elevação da escolaridade, da capacitação/qualificação profissional e da defesa de sua condição de “empregável” de acordo com os significados contidos no conceito de trabalho flexível predominantemente toyotista.

Dessa forma, numa perspectiva analítica interdisciplinar, discutiremos alguns aspectos dessa realidade social contemporânea, demonstrando que, apesar de tratar-se de realidades aparentemente distintas, as causas da iniciativa que “incentiva e motiva” o ato de estudar recolocam, de forma mais intensa, alguns dos elementos que permeiam a imediatividade da vida cotidiana, acentuando, com isso, as múltiplas formas de estranhamentos que peculiares a nossa contemporaneidade, recolocam ao mesmo tempo, novos elementos necessários à compreensão ontológica do trabalho e dos signos correlatos à sociabilidade contemporânea, da frágil tessitura social caracterizadora de nossa cotidianidade cindida (HELLER, 1981).

Por meio da análise de documentos relativos à política educacional produzida nos anos 1990 (LDB, PLANFOR, EJA) e da coleta dos depoimentos sobre histórico de vida profissional/educacional/pessoal dos operários jovens/adultos situados entre 14 e 35 anos de idade numa importante fábrica montadora localizada na região do ABC paulista, numa abordagem comparativa-totalizante, apreendemos essas duas realidades “distintas”,

demonstrando que diferentes questões relacionadas ao ensino e à qualificação profissional contribuem para o ressurgimento e revigoramento - à luz do processo de reestruturação produtiva -, de inúmeras teses que acentuam a necessidade da elevação da qualificação dos trabalhadores e da educação de qualidade, condição *sine-qua-nom* para ingressarem no competitivo mercado de trabalho.

“Paradoxos” do ideário da qualificação profissional

Em nossa contemporaneidade, mais especificamente no Brasil a partir de 1990, como parte das inúmeras mudanças impulsionadas pela emergência do processo de reestruturação produtiva e seu novo corolário flexível, assistimos no campo das Ciências Humanas a difusão de teses que salientam a relevância dos temas trabalho e educação. Contudo, mais que uma espécie de aproximação/fusão vocabular, as questões relacionadas ao binômio trabalho-educação parecem traduzir um novo significado “semântico-social” peculiar à organização do trabalho flexível de características predominantemente toyotista.

Ocorre que, concomitante à propagação da necessidade da escolarização encontramos segmentos de jovens e adultos com pouca ou nenhuma escolarização. Esse universo é composto por uma população que se caracteriza basicamente por trabalhadores vindos das áreas rurais para as grandes cidades em busca de uma oportunidade de emprego ou, ainda, os filhos dos trabalhadores não qualificados com uma passagem curta e não sistemática pela escola. Esses jovens e adultos, em sua maioria, trabalham em ocupações urbanas não qualificadas e buscam a escola tardiamente para alfabetizar-se ou concluir o ensino fundamental e médio nas turmas de Educação de Jovens e Adultos.

Não obstante os esforços de correção idade/série escolar e os incentivos à permanência das crianças na escola, as estatísticas educacionais no Brasil apontam que o grau de analfabetismo da população brasileira (pessoas com 15 anos ou mais que não sabem ler nem escrever um simples bilhete) ainda se encontrava em torno de 10% em 2007. Devemos considerar que a manutenção do número de analfabetos no país nesse patamar elevado também está relacionada ao insucesso escolar de crianças e adolescentes no ensino fundamental. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, realizada em 2005, 38,7% das pessoas analfabetas, com 15 anos de idade ou mais, já frequentaram a escola. Em 2007 esta proporção elevou-se para 44,8% (CASTRO; AQUINO; ANDRADE, 2009). Nos dados da PNAD de 2009, apesar

da queda no percentual de analfabetos, de 10% em 2008 para 9,7 em 2009, o Brasil ainda possuía 14,1 milhões de pessoas sem escolarização.

A problemática da repetência, da reprovação e da evasão corrobora para completar o quadro sócio educacional seletivo que continua a reproduzir excluídos do ensino fundamental e médio, mantendo adolescentes, jovens e adultos sem escolaridade obrigatória completa. Diga-se de passagem, escolaridade outrora propalada como exigência mínima pelos defensores da lógica do mercado.

Daí decorre que, no principal documento que orienta as ações da EJA no Brasil, o Parecer CEB 11/2000, explicita-se que cabe à Educação de Jovens e Adultos, o antigo “Ensino Supletivo”, fazer a reparação dessa realidade, recuperando, de forma irrestrita, o princípio da igualdade. A ideia é que a EJA garantiria uma “reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação” (BRASIL, 2000).

A alfabetização, a aquisição da leitura e escrita e a certificação das etapas fundamental e média, portanto, constituir-se-ia em um meio de inclusão social e a reparação de uma dívida histórica para com a classe trabalhadora. A escolarização se tornaria então, a chave de acesso para aqueles que procuram empregar-se.

Argumenta-se, no Parecer 11/2000, que a EJA constitui-se em uma oportunidade de atender à atual exigência das competências requeridas pela vida cidadã e do mercado de trabalho. Enfatiza-se que a existência do desemprego, do subemprego, do desemprego estrutural e do trabalho informal, decorrentes de mudanças nos atuais processos de produção, podem gerar uma instabilidade para os indivíduos, sobretudo, os assalariados desprovidos da leitura e da escrita.

O discurso da inserção no mercado de trabalho via escolarização tem sido a motivação que leva os jovens e os adultos analfabetos ou pouco escolarizados a buscar a conclusão dos estudos nas etapas fundamental e média. Se a exclusão do mercado de trabalho é fruto do despreparo do indivíduo, a solução apresenta-se via retomada dos estudos para jovens e adultos que não concluíram o ensino fundamental e médio em idade considerada apropriada.

Neste caso, quando voltamos nosso foco para os segmentos do proletariado menos escolarizado/qualificado, é que ganha pertinência as conclusões da pesquisa empírica realizada por Zago (2000, p. 24). A autora demonstra que a volta à escola se apresenta

como requisito básico para responder às exigências do mercado de trabalho e, sobretudo, como “possibilidade de romper com as condições de pobreza familiar”. Eis aqui a manifestação de uma das facetas que expressa a redução da educação à natureza útil/instrumental. O ato de “educar” restrito à perspectiva de propiciar condições para a satisfação das necessidades mais elementares do indivíduo: comer, vestir-se, morar, etc.

A autora citada logo acima demonstra-nos que as famílias das camadas populares valorizam a instrução escolar ancoradas em dois aspectos: o primeiro vê a escola como propiciadora dos domínios dos saberes fundamentais e de integração ao mercado de trabalho, e no segundo a escola se apresenta como espaço de socialização e proteção dos filhos do contato com a rua e as drogas.

Não obstante, eis que surge um novo “paradoxo”, pois a mesma pesquisa revela que embora haja o reconhecimento da família e do jovem/adulto da “valorização pré-escola”, há uma clara percepção dos “limites impostos pelas condições materiais objetivas” que obriga a uma opção pelo trabalho em detrimento da vida escolar (ZAGO, 2000, p. 30). Assim,

Pressionados pelas exigências do mercado de trabalho, os jovens que não frequentaram a escola na idade prevista tentam ou fazem projetos para retomar os estudos, geralmente através do ensino regular noturno ou de fórmulas mais rápidas que podem ser viabilizadas pelos cursos supletivos. Nas camadas populares, é sempre dentro destas modalidades que o futuro escolar é projetado, na perspectiva de uma conciliação entre estudo e trabalho (ZAGO, 2000, p. 27).

Tomados pela ideia de que a retomada dos estudos é capaz de garantir um lugar no disputado mercado de trabalho formal, muitos jovens, ainda de acordo com a pesquisa de Zago (2000), voltam à escola com uma preocupação maior em relação à obtenção do diploma do que com a absorção do conhecimento socialmente produzido. Trata-se de comportamentos reveladores do cotidiano que “miseravelmente” cindido (HELLER, 1989), direciona as iniciativas desse segmento do proletariado às contingências reprodutoras da lógica societária do capital.

Por outro lado, como tendência, aqueles que não conseguiram um certificado transferem para si a responsabilidade pelo fracasso escolar. Percebem-se como sendo os principais responsáveis pela sua baixa escolarização e, quanto à insuficiência dos resultados obtidos, os atribuem principalmente às características individuais como “incompetência” e “desinteresse”.

Ainda sobre essa população menos escolarizada-qualificada, temos que Saes (2004), analisando a pesquisa de Zago (2000), salienta que para os trabalhadores manuais a instrução rudimentar (ler, escrever e contar) torna-se importante para o acesso ao mercado de trabalho. Contudo, aponta que o cálculo da renda familiar perdida com a manutenção dos filhos na escola faz com que muitos pais trabalhadores relativizem a importância da conclusão do ensino fundamental, assumindo uma posição fatalista ao verem seus filhos de doze, treze e quatorze anos ingressarem no mercado de trabalho informal ou eventual, abandonando a escola.

Para esse autor, as classes populares sabem que somente uma parcela muito pequena dos trabalhadores manuais com formação profissional ampla é absorvida pelo mercado de trabalho, e explicita:

Na prática, o proletariado desconfia do apelo tecnocrático para que “todos” obtenham uma “formação polivalente”; e percebe que o aparelho produtivo do capitalismo pede à maioria dos trabalhadores tão-somente a capacidade adaptativa de passar rapidamente, no “canteiro de obras”, de uma tarefa limitada para outra tarefa limitada (SAES, 2004, p 74-75).

Ainda que Saes (2004), corretamente indique certa “desconfiança”, as exigências do cotidiano contribuem para que os diferentes segmentos do proletariado, refém do discurso hegemônico, incorporem a percepção de que somente por meio da escola é possível a inserção profissional e a melhoria das condições de vida. Talvez essa seja a razão, conforme temos salientado, que contribui para o fato de que quando esses jovens abandonam a escola, creditam nas suas características pessoais a responsabilidade pelo seu fracasso escolar e profissional.

Percebemos, nessa premissa, um incentivo à competição, corroborando para a intensificação da fragmentação social, na medida em que a ideia difundida é a de que cada um deve buscar a superioridade sobre os demais por meio da luta isolada por seus interesses e necessidades (RUMMERT, 2000).

De forma correlata, tais concepções/comportamentos ancoram-se na ideia-força que associa acréscimo marginal de instrução, treinamento e educação como potencial acréscimo de capacidade de produção. Noutras palavras, de capital humano, indicativo de um determinado volume de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridos capazes de potencializar a produção (FRIGOTTO, 1996).

Essa é uma das facetas contida no termo empregabilidade e que dão suporte à tese da necessidade de se investir no capital humano considerando o retorno/rentabilidade tanto

para as nações quanto para os indivíduos. Quem seriam então os incluídos? Os incluídos seriam aqueles que têm acesso aos bens materiais e culturais produzidos pela sociedade e disponíveis no mercado, o novo cidadão consumidor.

Por outro lado, os que não têm emprego, os alijados do processo produtivo, constituiriam o grupo de excluídos da sociedade. Percebemos aqui um contrassenso: a inclusão seria dada via escola, enquanto a exclusão completa-se via mercado. Revela-se de forma revigorada, portanto, a percepção de que a inclusão escolar é a única possível no capitalismo, posto que, a realização da cidadania requer um tipo de indivíduo cujo perfil social combine participação ativa no processo produtivo, condição elementar para que possa consumir os diferentes produtos disponíveis no mercado.

Trata-se de aspecto que Ramos (2003, p. 22) aponta como paradoxal, pois os processos da educação para a cidadania e para o trabalho se confundem “justamente no momento em que a redução do mercado de trabalho formal, revela toda a sua incapacidade em absorver a totalidade da força de trabalho disponível”.

Sendo assim, a ideia da chamada inclusão social via escola baseia-se em um reducionismo, não se sustenta empiricamente, pois, a escolarização na atual fase do desenvolvimento capitalista tem sido utilizada para justificar a seletividade no mercado do trabalho (DEL PINO, 2001), já que não há a possibilidade de empregos com direitos sociais para todos.

Todavia, o drama decorrente das contradições sociais contemporâneas relacionadas às questões do trabalho-educação não se esgotam nesse segmento intensamente precarizado do proletariado. Basta considerar a situação daqueles que se situam em condições salariais e de trabalho com maiores garantias (“direitos”). É o caso dos operários metalúrgicos do ABC paulista, vinculados às indústrias montadoras e cuja inserção no trabalho revela algumas das facetas dos novos “paradoxos” sociais.

Para efeito comparativo, na tentativa de tornar compreensível alguns dos “paradoxos” da realidade social contemporânea aqui assinalada, procurando recompor sua totalidade contraditória, é que nos reportaremos a esse segmento do proletariado. De plano, com base nos dados empíricos coletados na pesquisa de campo¹ (de 2006 a 2008), notamos como é revelador do processo e do teor das mudanças, a melhora no nível de escolaridade encontrado antes e após 14 anos do início do processo de reestruturação em uma importante da fábrica montadora localizada no ABC.

¹ Pesquisa desenvolvida por Araújo (2009).

No ano de 1989, aproximadamente 72,63% dos trabalhadores², incluindo os vinculados à área administrativa teriam até oito anos de estudos relacionados ao ensino formal. No mesmo ano de 1989, um reduzido contingente de 14,98% dos operários havia frequentado alguma instituição de ensino formal por até onze anos, o equivalente ao ensino médio completo/incompleto de hoje. Tendo como referência o quesito escolaridade estaríamos, portanto, diante de uma fábrica de clássica composição taylorista/fordista, em que a baixa escolaridade dos funcionários produtivos diretos, em geral, era compensada pelos cursos profissionalizantes geralmente oferecidos por instituições como o Senai ou escolas técnicas particulares, estaduais ou federais (RODRIGUES, 1970).

Em sintonia com o processo de reestruturação produtiva, diminuiu o *quantum* de operários com até oito anos de estudos no ensino formal, de 72,63% para 24,79% e aumentou, por outro lado, de 14,98% para 46,74% o daqueles com até onze anos de frequência escolar. Os com formação superior saltaram de 12,38% para 28,45%, mais que dobrando em relação aos índices de 1989.

Da mesma forma, a pesquisa demonstra, com base nos dados disponíveis em 2004, que a reestruturação produtiva forçou tanto aqueles que permaneceram quanto os que ingressaram na fábrica no decorrer do processo de reestruturação, a frequentarem por um período mais longo instituições de ensino regular com vista à obtenção de diplomas do ensino médio ou superior, diminuindo drasticamente para 24,79%, portanto para menos de ¼, o número daqueles com até oito anos de estudo.

Além da irrefutável elevação da escolarização, para uma melhor definição do perfil social desse novo segmento operário, recorreremos às informações trazidas por Iram Rodrigues (2005) quando da sua pesquisa sobre o perfil socioeconômico dos jovens metalúrgicos com até 29 anos de idade, empregados nas indústrias montadoras localizadas na região do ABC paulista.

De imediato, os números são indicativos do quanto esse segmento metalúrgico, incluindo os operários antigos, possui um excepcional poder de compra, uma possibilidade ímpar de aquisição de diferentes bens de consumo, inclusive os bens de consumo duráveis, como o automóvel (93%), ou ainda serviços como telefone fixo (99%), computador (66%) e internet (55%). Os dados referentes ao setor de serviços não só despontam, mas também, são elucidativos do poder de compra do segmento *jovem-adulto flexível*.

²Os dados referentes ao nível de escolaridade foram extraídos da comparação entre o Relatório Social 1989 e 2004, conforme pesquisa desenvolvida por Araújo (2009).

Vemos então, que o acesso aos bens de consumo e serviços geralmente restritos a determinados segmentos da população, revela que esse segmento operário é portador de um modo de vida que é típico de setores que compõem a classe média. Essa posição/possibilidade do *jovem-adulto flexível* também se explica pela sua condição salarial, deveras bem acima da média verificada no setor metalúrgico, ou mesmo, em outras empresas montadoras de diferentes regiões do país.

O Boletim Eletrônico de 10/07/2008, da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT – CNMCUT, por exemplo, informava que:

A jornada de trabalho semanal em algumas localidades chegam a ter 4h a mais em relação a outras. [...] o salário médio dos metalúrgicos variam até 4,4 vezes e nas montadoras a diferença salarial nas diversas regiões do país chegam a 3,5 vezes [...] Em média, o metalúrgico que trabalha nas montadoras de São Bernardo do Campo - SP recebe R\$ 3.674,74 em uma jornada média de 40h semanais e um salário/hora que atinge R\$ 20,97. Já o trabalhador que exerce a mesma função em Catalão-GO, recebe um salário médio de R\$ 1.031,92 (que representa 28,3% do salário do ABC; uma diferença salarial acima de 70%) para uma jornada média de 44h semanais, com um salário/hora de R\$ 5,39 [...] Para os trabalhadores das duas regiões retratadas acima, a variação do custo de uma cesta padrão de produtos e serviços são mínimas (11,5%). Enquanto no ABC é necessário desembolsar R\$ 2.723,88 para adquirir a cesta de produtos, em Catalão, gasta-se R\$ 2.410,41. Estes valores, na prática, refletem que enquanto o metalúrgico do ABC teria que gastar 44,05% de seu pagamento e trabalhar 129,88h para conseguir comprar a cesta, o trabalhador goiano precisaria trabalhar 446,89h, gastando o equivalente a 233,58% de seu salário mensal. (subseção Dieese-CNM/CUT)³.

Posto assim, como explicar então as agruras deste segmento do proletariado que mesmo dotado de escolarização-qualificação, de garantias trabalhistas, salário acima da média nacional, organização sindical com reconhecido poder de mobilização, tal qual o são os metalúrgicos das montadoras situadas no ABC paulista, tenham que persistentemente lutar contra a eterna possibilidade de fracasso?

Neste caso, através de nossa pesquisa, foi possível observar que como estratégia do processo de reestruturação, a empresa analisada exigiu que todos se qualificassem, pois, de acordo com os diferentes boletins interno a empresa difundia a tese de que aquele que se qualificasse não só tenderia a manter-se no emprego, ou seja, conformar-se enquanto sujeito

³ Para efeito comparativo, Gilberto Franca (2007) informa-nos que, tomando como referência o valor 100, em 2001, tanto nas indústrias automobilísticas já estabelecidas no Brasil quanto aquelas que surgiram no bojo da guerra fiscal, na segunda metade da década de 1990 e início de 2000, encontramos entre os horistas as correspondentes faixas salariais: SBC/S.C.Sul (100), S.J. Campos (96,8), Curitiba (73,1), Sumaré (55,6), Caxias do Sul (53,8), Indaiatuba (53,0), Betim, (48,6), S.J. dos Pinhais (47,7), Resende/P.Real (43,0), Juiz de Fora (41,8), S. Carlos (41,4), Gravataí (41,1), Camaçari (30,4), Sete lagoas (22,8), (Franca, 2007:109-110).

social empregável, mas, visualizar a possibilidade de ascensão no decorrer da sua carreira profissional.

Com base nas visitas de campo entre novembro de 2007 e fevereiro de 2008, e nos contatos quase diários dentro e fora da fábrica e ainda nos depoimentos coletados, tivemos a oportunidade de observar as consequências pessoais/sociais desse processo. Na verdade, esse segmento, em sua quase totalidade, elabora um “plano de vida” cujas prioridades são determinadas pela “pressão social” de se construir uma trajetória profissional satisfatória.

Dessa forma, premidos pelas contingências - como a necessidade de se manter no emprego -, suas iniciativas se identificam tão-somente com as necessidades de encontrar respostas aos dilemas apresentados pelo contexto fabril, os quais, espreadando-se, inter cruzam (re) definindo as diferentes situações do seu modo de “vida *just-in-time*”: vida “móvel”, vida em “trânsito”, motivada e repleta de atitudes que, ao fim, revertem-se em prol do capital, seja no interior ou fora da fábrica.

Contudo, evitando incorrer nos equívocos das interpretações moralistas, parece-nos oportuno salientar que esse processo social revela os sentidos e as particularidades das ações dos indivíduos ou grupos que agem premidos pela dimensão objetiva imposta pelo cotidiano alienado, como nos mostra Agnes Heller:

[...] as escolhas entre alternativas, juízos, atos, têm um conteúdo axiológico objetivo. Mas os homens jamais escolhem valores, assim como jamais escolhem o bem ou a felicidade. Escolhem sempre ideias concretas, finalidades concretas, alternativas concretas. Seus atos concretos de escolha estão naturalmente relacionados com sua atitude valorativa geral, assim como seus juízos estão ligados à sua imagem de mundo. (HELLER, 1999, p.14).

Do contexto fabril, espreadando-se para a vida social as novas formas de emulação representam tal qual salienta Dejours (2000), às exigências da produtividade. Refletem de modo contundente práticas de adesão “voluntária” às inúmeras estratégias da “guerra sã”, que fundamentada na inquestionável necessidade de se preparar para o acirramento da competitividade, impõe que se aceitem as inconveniências decorrentes das circunstâncias dadas⁴.

⁴ Para além do mundo do trabalho, porém de forma correlata, parece-nos que a estratégia da guerra “sã” possui outras facetas. Trata-se de uma nova espécie de dissimulação social que ao fim, expressam as peculiaridades da disputa ideológica contemporânea. Nesse sentido, Pinassi (2005), salienta que: “Ora, a estratégia dessa guerra ideológica é a de converter a guerra real, militar, sangüinária, num fato corriqueiro, cotidiano, medíocre, “saneador” que satura pela repetição e imobiliza pela velocidade com que se veiculam os “incríveis dados” a respeito. Perante a eles, opiniões “igualmente incríveis” têm a pretensão de constringer e desqualificar explicações alternativas; hipóteses que não se amparem na sempre redentora neutralidade científica, ou na descrição rasa do jornalismo imparcial [...] essa ampla cruzada contra a “ideologização dos discursos”, na verdade, é uma exigência do próprio capital que visa garantir a

Nesse caso, o modo de vida da força de trabalho é definido pelas exigências dessa “guerra sem trégua”, que induz a certos comportamentos, a um “estilo” de vida que mesmo fora da fábrica deve coadunar-se à lógica-necessidade do capital, na medida em que “fazer a guerra não tem por objetivo unicamente defender a própria segurança e sobreviver à tormenta [...] consiste em polir as armas de uma competitividade que lhes permite vencer o concorrente” (DEJOURS, 2000, p. 14).

Essa ideologia da “necessidade” exaustivamente difundida, quando incorporada pelo conjunto do proletariado após a disseminação das estratégias do trabalho flexível, porém, de modo mais específico no segmento *jovem-adulto flexível*, mobiliza-o de tal forma que sua vida fora do trabalho praticamente inexistente enquanto tempo “seu”, uma vez que as determinações cotidianas conformam-se enquanto um *continuum* e indissociável tempo de trabalho que lhe ocupa a cabeça, atormenta-o, domina-o integralmente.

Se entre o segmento *jovem-adulto flexível* encontramos operários qualificados com diferentes cursos realizados no SENAI, cursos de idiomas ou curso superior, para esses trabalhadores as exigências da empresa quanto à qualificação e escolarização implicou que esses trabalhadores dedicassem aproximadamente 14 anos da sua vida adolescente-juvenil quase que exclusivamente às exigências do trabalho. Se considerarmos que o ingresso no Senai acontece entre os 14 e 15 anos de idade, mais a escola técnica cursada quando do término dessa primeira fase de conhecimento profissional, e a formação superior logo em seguida, temos que sua vida é uma espécie de *moto-continuum* sempre determinado pelo trabalho.

Ou seja, se com a imposição do “modo de vida *just-in-time*” o capital procura desfazer-se da figura do “gorila domesticado” fordista, como consequência, vemos emergir o operário “autômato flexível” que desde a adolescência deve reservar de 10 a 12 horas do seu dia para se dedicar, quase que exclusivamente, aos estudos. Nesse caso, a pesquisa de Iram Rodrigues (2005), que indica uma maioria de jovens operários solteiros, ganha maior significado quando associada ao modo de vida desse segmento, às novas relações sociais e de exploração sob a égide do trabalho flexível.

Do que aqui foi exposto, notamos uma clara indefinição da separação entre tempo de vida pessoal e tempo de trabalho. Ao contrário, temos que o cotidiano para além da

uniformidade virulenta da perigosa *ideologia única* através dos meios mais diversos até mesmo dos mais violentos (PINASSI, 2005, p. 59).

fábrica praticamente se constitui como tempo voltado à luta pela permanência no mercado de trabalho formal.

Na expectativa de contribuir para a elucidação do que temos salientado até aqui, são relevantes as informações contidas no depoimento do médico do Trabalho, Segurança e Ergonomia que atua na região do ABC a mais de vinte anos quando nos informa que:

Hoje o jovem não é um metalúrgico que só trabalha, quando ele sai do Senai e vai para a fábrica fazer estágio ele começa ouvir a seguinte coisa; que faculdade você vai fazer ou está fazendo?. É uma pratica comum o chefe chegar e dizer: “só tem uma coisa que garante você aqui, se capacitar sempre”! Então tem cara que pensa: “a China tá despontando como uma potência econômica mundial é melhor aprender chinês porque daqui a pouco vão me pedir isso”. Outra coisa: num grande centro como SP, você tem uma questão de tempo, então você tem pouco tempo na agenda, você acorda normalmente 4:00, 5:00 horas da manhã para pegar o ônibus e ir para a fábrica começar as 6:00 hs, você sai 15:00... 15h: 30, tem que está em casa às 17:00 hs, tem que está na escola 18:30, tem engarrafamento no trânsito, então você não janta, ai volta pra casa 23:30, 24:00 hs, chega em casa você não consegue dormir porque está a mil, tá com a adrenalina lá em cima, você vai demorar uma hora uma hora e meia para dormir, então você dorme duas, três horas. Esse é um outro fator de sofrimento psíquico brutal [...] a falta de sono, a falta de qualidade de sono, principalmente o sono profundo, que seja reparador. Além disso, chega sábado, a maioria desses trabalhadores tem turno... rodízio... roda sábado, tem domingo que às vezes você é “convidado” compulsivamente a fazer hora extra, e dependendo como tá a produção, banco de horas, uma série de coisas que você tem que fazer, então você não tem realmente tempo, isso acaba aumentando a sobrecarga psíquica.

Percebe-se, portanto, a presença do conteúdo ideológico subsumido nas práticas que configuram o trabalho flexível que, ao expandir-se para além da fábrica, procura construir o envolvimento/comprometimento do proletariado com a lógica do capital. Trata-se de um processo social capaz de abarcar a totalidade da força de trabalho na medida em que emula/mobiliza sua quase totalidade, dos mais aos menos escolarizados/qualificados.

Neste caso, as práticas e concepções de educação atrelada à ideia de qualificação profissional correspondem, inclusive, sob alguns aspectos, à “funcionalidade” necessária à reprodução da ordem social do capital, que, procurando construir um consentimento social e extrapolando o universo fabril, seja capaz de envolver e mobilizar os operários/colaboradores, a comunidade, a região ou a cidade, e o poder público, em prol dos seus objetivos. Trata-se de pressupostos ideológicos que atingem, inclusive, os segmentos menos escolarizados do proletariado que se encontram fora da grande indústria.

Ou seja, assimilando o conteúdo pedagógico presente na tese do saber “*aprender - a - aprender*” (DUARTE, 2003), revela-se, de forma nítida, a incorporação dos princípios do trabalho flexível, se expandido para além do universo da fábrica, sendo incorporada,

inclusive, pelos segmentos precarizados do proletariado. Este parece ser o significado social do gesto, da “motivação” que os lançam na busca permanente de elevação da escolaridade.

Esse processo de ida aos estudos reflete a busca pela manutenção do emprego estável e com garantias na medida em que é possível inferir que o final do século XX e início do século XXI, ocorrem rupturas nas políticas de proteção ao trabalho concomitantemente ao aumento dos “trabalhadores sobrantes” que se tornam dependentes dos “programas emergenciais de alívio à pobreza, da filantropia e da caridade social”. A emergência de teses de que estamos vivendo na “sociedade do conhecimento”, sociedade do entretenimento, do lúdico com o fim do trabalho ou o tempo liberado dissimula a realidade de que o tempo livre não é tempo de prazer, mas “tempo torturado de precariedade – existência *provisória sem prazo*” (FRIGOTTO, 2004, p. 13).

Frigotto (2004), ao discutir a questão da cidadania e a formação profissional como desafios para o fim do século XX, chama a atenção para o processo que ele denomina “exclusão sem culpa”. Explicita o referido autor que a desigualdade existente na sociedade capitalista não se explica pelas relações sociais de classe, de violência e de exclusão, intrínsecas ao modo de produção capitalista, mas pela vontade e comportamento individual. No discurso burguês o livre-mercado constitui-se como o lócus onde vontades livres e supostamente iguais por natureza, oferecem os seus serviços à sociedade ao mesmo tempo satisfazendo suas necessidades.

Nesse período de desemprego estrutural global, a confrontação entre a força de trabalho e o capital intensifica-se. Ideias surgem para amenizar esse embate, tornando-se conceitos que procuram dar conta das diferenças inconciliáveis entre os interesses do capital e do trabalho.

Como parte desse processo, a educação é chamada a cumprir o seu papel histórico de formação do homem para a sociedade e coloca-se como redentora, mediante a promessa de mudança situacional do indivíduo isolado. No entanto, num movimento contraditório, a Educação é vista como incapaz de resolver essas questões, devido aos altos índices de evasão e repetência, que indicam, de acordo com os padrões de qualidade total, a necessidade de rever sua forma de administração e conteúdo escolar.

Quanto ao valor simbólico da educação escolar, Saes (2004) explicita sua reduzida importância para boa parte dos grupos sociais característicos da sociedade capitalista. Contudo, a ideia de que a educação escolar é essencial para o desenvolvimento da sociedade é utilizada para justificar fracassos em outros domínios da política do Estado,

por exemplo: crescimento econômico, emprego, distribuição de renda, saúde, entre outros, servindo ao individualismo típico de um liberalismo típico do século XXI que tenta fazer ressurgir a figura do “*self-made-man*”, o reinventado Robinson Crusoe de nossa contemporaneidade.

Para as classes médias e populares a ideia recorrente é que a posse do certificado poderá garantir-lhes as condições de empregabilidade. Tal ideia tem contribuído para o surgimento de cursos aligeirados de formação profissional em substituição à escolarização básica ou à certificação formal das etapas fundamental e média, por meio de cursos supletivos que não conferem rigor e seriedade à formação de jovens e de adultos.

O proletariado, refém das exigências da sua reprodução enquanto força de trabalho, ao reduzir o conhecimento/educação à condição de instrumento para a valorização do capital, não só acentua sua forma de vida alienante, mas, define novos contornos que reafirmam sua eterna irrealização expressa num modo de “vida” carente de significados, negadora do homem enquanto humano-genérico. Tal qual salientamos anteriormente, um contingente expressivo do proletariado tem sua vida reduzida à busca pela satisfação das suas necessidades mais elementares, já outros segmentos melhor escolarizado/qualificado conseguem satisfazer todas as necessidades básicas, porém, perdem a essência - tempo para si- daquilo que é substantivo para a sua trajetória de vida.

Temos então, que o indivíduo da nossa cotidianidade é o indivíduo cuja existência se apresenta de forma *cindida*, na qual o sentido da vida em toda sua plenitude encontra-se negado, uma vez que se subordina à moderna divisão do trabalho. Seu principal traço, em nossa contemporaneidade, pode ser definido pela nova segmentação do proletariado após a disseminação do trabalho flexível, da recriação intensa das formas de precarização do trabalho (Antunes, 2005).

Nesse caso, o cotidiano se apresenta como o momento em que o sentido da existência humana vê-se negado, posto que se encontra subordinado à lógica da acumulação. Retomando Heller (1989), temos que:

A vida cotidiana é a vida de *todo* homem [...] é a vida do homem por *inteiro*; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela colocam-se “em funcionamento” todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias. O fato de que todas as suas habilidades se coloquem em funcionamento determina, naturalmente, que nenhuma delas possa realizar-se, nem de longe, em toda sua intensidade. O homem da cotidianidade é atuante e fluido, ativo e receptivo, mas não tem nem tempo nem possibilidade de se absolver

inteiramente em nenhum desses aspectos; por isso, não pode aguçá-los em toda sua intensidade (HELLER, 1989, p.17-18).

Conforme temos procurado indicar, com base na análise de Agnes Heller (1989) vemos que a imediatividade exerce em nosso cotidiano um papel fundamental, é a expressão de uma força social (do capital) capaz de nos fazer mover, ainda que no sentido de encontrar “solução” para problemas contingentes relacionados à realidade objetiva.

Com isso, à época do trabalho flexível contemporâneo, em que pese suas particularidades recentes, reafirma em outros moldes a essência alienante historicamente calcada na cisão entre produtores/produto, no constante aumento da produtividade, na retenção concentrada da riqueza social sob o auspício das novas técnicas de gestão de pessoal.

Vemos, pois, que em nossa cotidianidade, dinâmica calcada na imediatividade desse turbilhão fetichizante/alienante, encontram-se submetidos a esse processo, tanto o metalúrgico *jovem-adulto flexível*, bem como os segmentos precarizados, menos escolarizados/qualificados do proletariado. Ambos, de certa forma, veem-se completamente submersos nesta tendência à fragilização dos laços de solidariedade entre segmentos, grupos, parcelas ou classes como um todo.

Suas agruras expressam, assim, e de forma acentuada, os novos significados das manifestações da vida cotidiana alienada, reveladora de um novo conteúdo “axiológico objetivo”, que atua como força capaz de reduzir parte significativa da força de trabalho à condição de “rejeito humano”. Isto porque a consolidação dos paradigmas técnico-organizacionais do trabalho flexível implica também tornar descartáveis contingentes expressivos do proletariado, tal qual o são os bens de consumo.

REFERÊNCIAS

Antunes, Ricardo. O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ARAÚJO. Renan. **O modo de vida just - in - time do novo perfil metalúrgico jovem-adulto flexível do ABC**: antigos dilemas, novas contradições e possibilidades. Tese Doutorado – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras: Araraquara, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Carlos Roberto Jamil Cury (relator). Parecer CEB11/2000 - Diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos. In: SOARES, Leôncio. **Educação de jovens e adultos**. Rio

de Janeiro: DP&A, 2002. p. 25-133.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 5.692/71)**. Disponível em: http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/15692_71.htm. Acesso em: 09 mar. 2010.

BRASIL/IBGE. **Pesquisa Nacional por amostra de domicílios: síntese dos indicadores 2009**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2010.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96)**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de (Orgs): **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília : Ipea, 2009.

CHILANTE, Edinéia Fátima Navarro. **A educação de jovens e adultos brasileira pós-1990: reparação, equalização e qualificação**. Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual de Maringá: Maringá, 2005.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: Getúlio Vargas, 2000.

DELORS, Jacques. **Os quatro pilares da educação**. Relatório para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura: UNESCO, Paris, 1996.

DEL PINO, Mauro. Política educacional, emprego e exclusão social. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 65-88.

DUARTE, Newton. **A sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?: quatro ensaios críticos-dialéticos em filosofia da educação**. Campinas: Autores Associados, 2003.

FRANCA, Gilberto Cunha. **O trabalho no espaço da fábrica**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 2. ed., São Paulo: Cortez, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Cidadania e formação técnico profissional. Desafios neste fim de século. **A Página da Educação**. Disponível em: < <http://www.apagina.pt/arquivo/artigo>>. Acesso em: 16 maio 2004.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História**. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 3^oed. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1989.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução: Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 8^o ed. São Paulo: Cortez, 2003.

PINASSI, Maria Orlanda. Metástase do irracionalismo. **Revista Novos Rumos**. 2005. n° 43, ano 20. p. 53-62.

RAMOS, Marise Nogueira. O “novo” ensino médio à luz de antigos princípios: trabalho, ciência e cultura. **Boletim Técnico do Senac**. Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 19-27, maio/agosto de 2003.

RODRIGUES, Iram J. Martins, Heloisa Helena T. *Perfil socioeconômico de jovens metalúrgicos*. Revista Tempo Social. Vol.17. n°2, 2005. pp.3-25.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Industrialização e atitudes operárias**. São Paulo, Brasiliense, 1970.

RUMMERT, Sônia Maria. **Educação e identidade dos trabalhadores**: as concepções do capital e do trabalho. São Paulo: Xamã, 2000.

SAES, Décio Azevedo Marques de. Educação e Socialismo. **Crítica Marxista**. Campinas, n. 18, p.73-83, maio de 2004.

ZAGO, Nadir. Processos de escolarização nos meios populares: as contradições da obrigatoriedade escolar. In: NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir. **Família e escola**: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. 2000. p. 17-44.